



## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 19/10/2021**

Aos dezanove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, em convocação para a realização da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e trinta minutos às dezoito horas, na Sala virtual da Plataforma Zoom, reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira suplente Solane Leonor Carvalho de Lima (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM-RIO); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheira suplente Maria Carolina Lobão Del Castilho (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida Neto (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira Mara Nubia Maciel (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheiro Abílio Valério Tozini (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira suplente Andréa Carneiro Almeida Silva (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ) e conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira suplente Clara Câmara Soveral Carneiro (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Larissa Cristina Terrezo Machado (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD); conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti (Universidade Federal do Rio



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 19/10/2021

de Janeiro – UFRJ) e conselheira suplente **Keroulay Estebanez Roque** (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). **Pauta do dia: Deliberação da Ata: 21/09/2021.** 1. Deliberação dos Ofícios da S/SUBGERAL– 20 minutos. **1.1. OFÍCIO S/SUBGERAL Nº 357/2021.** Assunto: Preenchimento de vagas remanescentes da Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar – RENAHEH. **1.2. OFÍCIO S/SUBGERAL nº 363/2021.** Assunto: Retificação do Ofício S/SUBGERAL nº 357/2021. **1.3. OFÍCIO S/SUBGERAL Nº 372/2021.** Assunto: Termo de Adesão ao Cofinanciamento Estadual para os procedimentos de Terapia Renal Substitutiva (hemodiálise) e Confecção de Fístula Arteriovenosa (FAV), âmbito do SUS no Estado do RJ. 2. Apresentação do Panorama da Atenção Obstétrica nos Hospitais Maternidades – 20 minutos. 3. Apresentação dos subsídios à construção do PMS 2022-2025 – 2 horas e 15 minutos. 4. Informes dos Conselhos Distritais de Saúde – 10 minutos. 5. Informes da Secretaria Executiva – 10 minutos 6. Informes da Gestão da SMS – 10 minutos. 7. Informes do Colegiado – 5 minutos por conselheiro. Coordenação: Presidente substituta do Conselho: **Júlia Daniela de Castro**. Auxílio à Coordenação: **Comissão Executiva:** conselheiros(as): Júlia Daniela de Castro, Morgana Eneile Tavares de Almeida, Neide Maria Neres Tinoco, Osvaldo Sérgio Mendes, Lucimar Oliveira do Nascimento, Valeska Holst Antunes, Larissa Cristina Terzezo Machado e Liliane Cardoso de Almeida Leal. Moderadora: Secretaria Executiva: **Carmem Terezinha Gomes Sasaki**. A reunião foi iniciada às 14 horas e 43 minutos com quórum previsto no Regimento Interno do CMS/RJ. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** pediu um minuto de silêncio em homenagem à memória do Senhor Nereu Lopes, esposo da presidente deste Conselho, Maria de Fátima Gustavo Lopes e também em homenagem à memória da Presidente da FAM-RIO, Senhora Márcia Vera Vasconcellos. Findo o minuto de silêncio, leu a pauta. Prosseguindo, colocou em votação, via "chat" e via vídeo, a ata de 21/09/2021 que foi aprovada pela maioria simples. A **conselheira Larissa Cristina Terzezo Machado** pediu que o ponto três (PMS 2022-2025) fosse apresentado após os informes porque a Área Técnica antecipou uma reunião. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** colocou em votação a pauta e a inversão da ordem dos pontos, que foram aprovadas pela maioria simples. Continuando, pediu a conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro para explicar sobre o ponto um. Nesse momento, a **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** começou os esclarecimentos do Ofício Nº 363/2021 do subponto 1.2 (que substituiu, retificando, o subponto 1.1) do ponto um, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Valeska Holst Antunes** perguntou se houve alguma mudança no critério do Ministério da Saúde e se não seria mais necessário o mínimo de dez leitos de UTI? Também perguntou se o Hospital Municipal Barata Ribeiro (HMBR) têm feito atendimento a pacientes com Covid-19? A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** respondeu que foram oficiados pelo Subsecretário de Vigilância e Atenção Primária do Estado do Rio de Janeiro com as seguintes orientações que será lida: "no caso de não retornar o



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 19/10/2021

recurso ao Fundo Nacional de Saúde, orientamos as seguintes ações: participação ao CMS-RJ das indicações e das dificuldades”. Por que? Inicialmente não indicaram essas unidades de saúde, porém há justificativa técnica para indicá-las agora. Com a justificativa podem ser indicados hospitais de perfil diferenciado, é o caso, mas que atendam pacientes com Covid-19 e que venham a ter no âmbito do Município do Rio de Janeiro, importância epidemiológica. É isso que estão fazendo. Então estão seguindo as orientações para que não tenham que devolver o recurso, pois afinal essas unidades de saúde atenderam pacientes com Covid-19. Em relação ao Hospital Municipal Barata Ribeiro, que é mais especificamente para indicação de todos os pais, buscaram na produção quais os atendimentos que ocorreram durante todo esse período e perceberam que lá tiveram internações de pacientes em leitos clínicos, sim, de Covid-19. Via "chat", a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** fez as seguintes perguntas: "Qual o valor dos recursos? Quanto será destinado a cada hospital? E, há quanto tempo esses recursos vieram?". A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** disse que esse recurso já está no Fundo Municipal de Saúde há tempos. A SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), provavelmente, deve saber se esse recurso já foi para os hospitais inicialmente indicados e como deverá ser para esses hospitais. O recurso é de trezentos mil reais por hospital e receberam vinte e oito cotas que totalizam oito milhões e quatrocentos mil reais. A Portaria de destinação é de nº 2.624, de 28 de setembro de 2020. Disse que vai se informar para responder a última pergunta. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que o ofício 357/2021 foi substituído pelo ofício 363/2021, pois o primeiro informava seis hospitais e o segundo oito. Prosseguindo, colocou em votação via vídeo e via "chat", o subponto 1.2 do ponto um, isto é, o ofício 363/2021, que foi aprovado pela maioria simples. Dando continuidade, nesse momento, a **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** começou a explicar o Ofício Nº 372/2021 do subponto 1.3 do ponto um, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final foi aberto novo ciclo de perguntas e respostas. Via "chat", a **Sra. Lourdinha**, perguntou se o Estado faz esse cofinanciamento? E, se o Estado completa o cofinanciamento? A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** respondeu que é um complemento, mas o Estado não transfere esse valor direto para as unidades prestadoras de serviço e sim para o Fundo Municipal de Saúde e, por sua vez, a SMS transfere para as unidades. Então o pagamento a essas unidades é complementado pelo Estado e a SMS paga o que é valor tabela SUS. A **conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti** entende que o município vai fazer adesão a uma política para que o Estado complemente esse financiamento. A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** concordou dizendo que um dos critérios para a adesão e manutenção do cofinanciamento é a aprovação do CMS/RJ. Reforçando, afirmou que isso não vai onerar os cofres públicos do município. Via "chat", o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** perguntou: “você pode explicar melhor diálise substitutiva?” A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** respondeu que é o tratamento para os pacientes que têm algum comprometimento renal e que fazem esse tratamento



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 19/10/2021

contínuo pelo menos três vezes por semana. Então, é de fundamental importância para a manutenção da vida desses pacientes crônicos renais. Complementando, via "chat", a **conselheira Valeska Holst Antunes** respondeu que terapia renal substitutiva é igual à hemodiálise. Via "chat", a **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** perguntou: "Caso não aconteça o repasse por parte do Estado, como ficarão os pacientes?". A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** respondeu que os pacientes não deixarão de receber a assistência porque o contrato com as unidades prestadoras não prevê essa complementação, esse cofinanciamento. Então não cabe a desassistência com a justificativa de que não receberam a complementação do Estado que se comprometeu em repassar. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** pediu para que tragam esses resultados, pois não basta apenas os relatórios porque os conselheiros aprovam adesões e petições para que a prefeitura receba mais recursos, porém dificilmente têm esse retorno por parte das áreas. Então gostaria que, daqui a seis meses os conselheiros possam saber e entender que diferença teve, fez ou faz a aplicação desses recursos. Por exemplo, nos hospitais que foram autorizados, o que melhorou e qual a diferença de antes e do depois? Acha que precisam fazer uma agenda para que depois de aprovada uma adesão política, de saberem como esses recursos foram utilizados e, se os objetivos foram cumpridos porque os conselheiros conseguem perceber o que há de ganho ou de perda com o novo recurso que haviam aprovado. Esse é o seu encaminhamento. A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** respondeu que concorda com a fala. Mas de alguma forma esse retorno se dá por meio dos relatórios de prestação de contas. Por exemplo, caso não possam indicar mais hospitais terão que devolver o recurso e se não devolver, mesmo assim, terão que justificar o seu uso. Via "chat", a **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** perguntou: "existe um teto para esse atendimento?" A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** respondeu que foi estipulado um teto na Resolução N° 2438, com base no número de capacidade de vagas informadas no Sistema de TRS (Terapia Renal Substitutiva), na competência de julho de 2021. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** disse entender que foi feito um pedido de aprovação diferenciado e da mesma forma entende que a prestação de contas também tem que vir diferenciada. Então, está reivindicando que a prestação de contas venha em separado e diferenciada da seguinte forma: "referente ao que foi aprovado na reunião do dia tal, estamos prestando conta do recurso que foi contemplado e que foi aplicado dessa forma e que trouxe os seguintes benefícios". O recurso que aprovamos para cinco ou seis hospitais, que também venha a prestação de contas em separado para termos ciência do que se votou, aprovou e deu o aval necessário e depois receberemos a prestação de contas. É isso. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** colocou em votação o Ofício 372/2021 (Terapia Renal Substitutiva, do subponto 1.3, do ponto um), que foi aprovado pela maioria simples. Prosseguindo, colocou a proposta do **conselheiro Abílio Valério Tozini**, que pediu para trazer a prestação de contas de forma diferenciada, e com recomendações, que foi aprovado pela maioria simples. Ponto dois: Nesse momento, o representante da



## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 19/10/2021**

Superintendência de Maternidades, da Subsecretaria Hospitalar da SUBHUE, **Sr. Márcio Luis Ferreira** iniciou a apresentação do Panorama da Atenção Obstétrica nos Hospitais Maternidades, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final foi aberto um novo ciclo de perguntas e respostas. Via "chat", a **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** perguntou: "Temos dados relativos à mortalidade de mães e bebês?" O superintendente **Márcio Luis Ferreira** respondeu que não é saudável falar sobre isso, porém têm dados indicadores que estão disponíveis no "site". A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou que as Doulas são usuárias do Sistema, pois acompanham as gestantes nessas unidades de saúde e sabem as diferenças que existem entre as unidades. Por isso, se preocupa com a constante falta de medicamento e de pessoal. Acha que isso é um indicador que a Superintendência pode dar aos conselheiros sobre como estão os estoques de medicamentos relativos ao atendimento na atenção obstétrica. Informou que segundo relatos, as gestantes foram transferidas para outra unidade de saúde por não terem recebido sulfato no momento do trabalho de parto. Enquanto isso, as unidades de saúde estão sem o número de profissionais adequados. Indagou para além dos resultados, hoje, qual o status em relação a funcionários, equipamentos e insumos? Informou que já ocorreu de atender no Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda, por exemplo, e não ter fita da cardiotoco. Disse que estão elaborando o Plano Municipal de Saúde, os Planos Anuais e o PPA. Por isso, acha importante ter os dados dessa situação, uma vez que em uma reunião com o Secretário do Comitê de Mortalidade Materna, lhe informaram que tendo dinheiro terá que aproveitar esse momento para qualificar a Atenção, os espaços, transformar as unidades de saúde em unidades de referência e com qualidade de atendimento. A **conselheira Valeska Holst Antunes** explicou que essas denúncias chegaram ao Sindicato (SINMED) em relação às condições de trabalho e principalmente a questão de recursos humanos. Em relação a recursos humanos, chegou uma denúncia, principalmente em hospitais que funcionam com servidores municipais e plantonistas extras, em especial a situação do Hospital Municipal Miguel Couto, que em vários plantões não tinha obstetras nas maternidades e foram os pediatras que fizeram esses partos. Portanto, desejam saber como está o acompanhamento dessa resolução quanto a falta de profissionais nas maternidades que têm gestão direta. Outra denúncia foi sobre os dois hospitais maternidades municipais Ronaldo Gazolla (HMRG) e Alexandre Fleming (HMAF), pois enquanto o HMRG está tratando pacientes com Covid-19, os profissionais da RIOSAÚDE do HMRG são transferidos e permanecem vinculados a princípio, no HMRG pela RIOSAÚDE, mas passam a trabalhar no HMAF. Esse hospital recebe dois serviços de autocomplexidade, tanto ambulatorial quanto a maternidade em si, como partos, atendimento ginecológico, etc. A denúncia dos profissionais médicos é que fariam uma vinculação definitiva desses profissionais do HMAF e retirar o vínculo do HMRG, mantendo-os na RIOSAÚDE, mas lotados no HMAF, porém com a redução do número de médicos plantonistas e outros de outras áreas. Por isso, desejam saber o parecer desse panorama porque preocupa



## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 19/10/2021**

a redução desse serviço por causa do aumento importante do volume de partos que passam a ser feitos no HMAF e o medo que isso possa acarretar déficit de profissionais para atender à população. O superintendente **Márcio Luis Ferreira** respondeu que o Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda (HMMABH) tem um sistema híbrido. O modelo foi aprovado pelos vereadores que faz a contratação de pessoal em vez de Organizações Sociais (OS). O Nível Central administra maternidades que não são administradas por OS e que possuem recurso próprio. Quando existe uma transição de modelo há a necessidade de contratos de limpeza, de rouparia e de laboratório. As Doulas encontram nessas maternidades uma possibilidade com qualidade de formar novas Doulas. Hoje, têm formas diferentes de garantir médicos, enfermeiros e outros profissionais para que não interrompam a linha de cuidados dessa mulher e desse bebê. Além disso, têm Portarias Ministeriais. Então calculam de acordo com essas portarias e fazem um projeto básico que não é o mínimo não, mas é o que têm que ter de médico para cada leito. Disse que contaram muito com o auxílio da equipe da Coordenadora Fátima Soares, do CGGP, para que durante a pandemia não deixassem de tomar decisões que pudessem evitar mais mortes de mulheres, pois perderam muitas. No ano passado, decidiram transferir leitos de obstetrícia do Hospital da Mulher Mariska Ribeiro (HMMR) para o HMAF, porque são da mesma área programática. Isso para reduzir a chance de mais perdas. Como o HMRG não ia ter maternidade, os obstetras e pediatras teriam que ir para o HMAF e trabalhar com números de leitos diferentes. Então, existiu um contrato para aquela época que previa isso para médicos obstetras e pediatras. Portanto, é isso que está sendo feito no HMAF e que não é uma redução drástica de médicos, porém ofereceram outros caminhos, por exemplo: têm vários Chamamentos para o Hospital Municipal Miguel Couto (HMMC) com vagas para obstetras e pediatras onde a adesão não é alta e as vagas não são ocupadas. Entretanto, houve mudança de coordenador de obstetrícia e com isso, ocorreu uma melhora, pois alguns profissionais que saíram do HMAF foram por contrato via RIOSAÚDE para o HMMC e assim ajudar a resolver a falta de recursos humanos. Esclareceu que existe uma nota referente a recorte racial para oferecer vagas e não querem transferir uma mulher que vai partear no HMMC para a Maternidade Municipal Leila Diniz (MMLD) ou para HMMABH. Entretanto, para uma exceção como a de um médico passou mal no plantão do HMMC e foi atendido na emergência, não podem deixar essa mulher e o filho correrem riscos e deixá-los expostos, haja visto, que essa mulher e a família são o foco do cuidado. Então estabeleceram o que chamam plano de contingência, que é fazer contato com a Regulação Obstétrica, com a Central de Regulação de Ambulâncias e determinar que a unidade que foi citada, por exemplo, o HMMC, não seja referência por determinado tempo até que tenham outro profissional lá para as ambulâncias da Cegonha Carioca, para a vaga zero, que é quando a mulher está numa clínica da família ou outro lugar e por falta de condição ela precisa ir a outro hospital quando deverá ser transportada de forma segura. Isso é para reduzir danos a essa mulher, que por ventura precisa ser destinada a outra maternidade. Ela não deve ser orientada ir por meio próprio para



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 19/10/2021

outro lugar. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** perguntou se é possível os conselheiros ter acesso a essa apresentação? Também deseja saber se o quadro de Rh do Hospital da Mulher Mariska Ribeiro está sob a gestão de qual Organização Social? O superintendente **Márcio Luis Ferreira** concordou em disponibilizar a apresentação aos conselheiros e respondeu que o HMMR está sob a gestão da OS CEPP. Informou que em relação ao apontamento sobre medicações, deseja que conste que eles têm um período de transição de governos e no governo Crivella, passaram momentos muito difíceis. Portanto, o que estão vivenciado hoje é uma retomada no pagamento de empresas e rodas de conversa. A Subsecretária de Gestão têm chamado algumas empresas e tem colocado os pagamentos em dia. Isso ajuda a ter acesso à medicação que os fornecedores não queriam dar. Em relação ao sulfato de magnésio (fala da conselheira Morgana), informou que é uma medicação importante para evitar que a mulher tenha crise convulsiva, porém há uma dificuldade de produção mundial. Por conta da pandemia, as indústrias farmacêuticas tiveram dificuldades de produzir insumos. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** disse que agora só têm esclarecimentos para o superintendente Márcio Luis Ferreira. Pediu o favor para que veja e se pode responder pela "chat", agradecendo. A **conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti** disse que vai colocar uma questão para ouvir também a SMS. Informou que é professora e acompanha os internos das clínicas da família. Disse que não acompanha os internos da Clínica da Família Helena Besserman (CFHB), mas há duas semanas assistiu os trabalhos finais com os internos e que uma interna da Faculdade de medicina da UFRJ e, que foi interna na CFHB, localizada em Rios das Pedras, fez um trabalho sobre quatro partos que aconteceram na CFHB em 2021, sendo que uma não fez o pré-natal, mas as outras o fizeram. Relatou que foi na véspera para uma Maternidade de referência, que é do HMMC onde foi orientada a voltar para casa e, é esse o resumo que foi feito pela Interna. Perguntou o que surgiu no HMMC de propostas, porque é algo para se pensar em incluir no PMS 2002-2025. Explicou que lá existe um certo temor das mulheres da comunidade de ir para o HMMC, embora tenha o Hospital Municipal Lourenço Jorge (HMLJ) e a MMLD, sendo informada que essa última é para parto de alto risco e desde que foi inaugurada em 17/01/2008 já fez doze partos. Então orientaram a interna a procurar o Comitê de Mortalidade Materna da prefeitura e também o pessoal da superintendência, pois eles têm que saber que as mulheres se sentem mais seguras indo para a clínica do que ir para o HMMC. Disse que um professor, que também é pediatra sugeriu que pensassem em implantar uma casa de parto de baixo risco junto ao HMLJ, pois é mais fácil o acesso, além de ter uma referência para essas mulheres. O superintendente **Márcio Luis Ferreira** respondeu quando pensam em inaugurar uma maternidade ou um centro de parto normal, olham para o território e vê o cálculo para saber se têm suficiência de leitos. Informou que algum tempo, a Superintendência de Maternidades analisando o território, viram a necessidade do centro de parto normal, mas não de maternidades em alguma parte do território da cidade, por exemplo, no Bairro da Ilha do Governador, onde no governo



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 19/10/2021

anterior teve uma proposição de uma maternidade, não por parte da área técnica, pois quando têm uma incumbência escrevem o que foi solicitado. Hoje, por exemplo, o Bairro da Ilha do Governador se for comparar com o território que está colocando; pela característica geográfica por muitos motivos, pode ser um local a ser pensado, a ser analisado para a necessidade da cidade de um centro de parto normal. Em relação ao território e a Clínica da Família, o Cegonha Carioca prevê que cada clínica da família tenha uma maternidade de referência. Então a partir do que foi falado, conversará com a Gerente da Área Técnica da Mulher na Atenção Primária Lívia de Souza Câmara e também com sua equipe para fazerem reuniões no território e convidando o RT da clínica porque acha que é mais uma questão de alinhar processos de trabalho entre a clínica da família e a maternidade de referência. Ainda de melhorar o cuidado na maternidade, onde essas mulheres têm que ser acolhidas, do que necessariamente criar um centro de parto normal, entenda. Acha que precisam qualificar o cuidado nas maternidades, pois o cuidado ofertado não é igual, como fala a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida porque não tem uma Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda dentro desses lugares no momento de qualidade e precisam ofertar um cuidado de boa qualidade em todos os lugares. Por isso, convidei a conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti para entrar nessa discussão. Prosseguindo, a **Secretaria Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** deu início ao ponto três: Apresentação dos subsídios à construção do PMS 2022-2025. Convidou para explicar o ponto iniciado a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal**, que com a palavra justificou a importância do espaço para diálogo e para elaboração do Plano Municipal de Saúde, ressaltando também o dever de participação do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Distritais de Saúde nesse processo. Chamou também atenção para os prazos de desenvolvimento desse instrumento de planejamento e para a necessidade e objetivo de estreitar os laços entre o CMS/RJ e a SMS/RJ. Assim disse que para melhor aproveitamento da construção do planejamento, será importante a compreensão dos outros instrumentos de planejamento em saúde. Logo após iniciou a apresentação falando sobre a primeira temática: “o Planejamento do SUS”, onde fez uma introdução breve sobre o ciclo dos instrumentos de planejamento em saúde, seus objetivos, como são realizados e suas principais normatizações. Seguindo, convidou as áreas técnicas da SMS/RJ para apresentar o que foi pensado até então, e assim, passou a palavra para o **Dr. Renato Cony**, representando a Superintendência de Atenção Primária, iniciando a temática referente ao Plano Estratégico, especificamente Atenção Primária, Saúde Presente e Primeira Infância Carioca. O mesmo explicou a relação da Atenção Primária com Saúde da Família e afirmou que a intenção é construir uma Atenção Primária, no Rio de Janeiro, forte e resolutiva, seguindo assim a explicação sobre as estratégias pensadas. Assim passou a palavra para o próximo a apresentar, o **Sr. Marcio Henrique de Oliveira Garcia**, representando a Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência, saudando a todos e apresentando a iniciativa estratégica de Atenção Hospitalar e Maternidade, explicando a situação atual da Rede, o Projeto Cegonha Carioca, o Projeto de Redução da Mortalidade Materna,



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 19/10/2021

Qualificação da Rede Hospitalar e Melhoria de gestão, metas e marcos. O próximo a apresentar foi o Superintendente de Saúde Mental da SMS, **Dr. Hugo Fagundes** apresentando a iniciativa estratégica de Saúde Mental e com a palavra estabeleceu a perspectiva sobre os Projetos que giram em torno de aumentar o acesso aos Centros de Apoio Psicossocial (CAPS). A próxima a apresentar foi a **Sra. Clara Câmara Soveral Carneiro**, da Subsecretaria Geral, desenvolvendo a temática sobre a “Reorganização da rede de Média Complexidade”, que é composta por dois projetos estratégicos: Saúde a tempo e Hora e a Oferta de atenção em Centros Especializados e Centros de Imagem que visam ampliar as ofertas de serviços especializados aos usuários do SUS. A seguir, a palavra foi passada para a **Sra. Tatiane Caldeira**, que cumprimentou a todos e representando a Superintendência de Vigilância em Saúde, apresentando a iniciativa estratégica de Vigilância em Saúde, que tem como principal objetivo o fortalecimento da vigilância em saúde nas AP’s para que essa possa subsidiar a tomada de decisão futuramente. Assim a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** retomou a palavra agradecendo a Sra. Tatiane Caldeira, reafirmando a importância das estratégias citadas e dessa forma seguindo para a apresentação das iniciativas do Planejamento Plurianual. Devido ao adiantado da hora ficou decidido pela maioria dos presentes que a plenária seria encerrada e teria continuidade na próxima terça-feira, dia 26 de outubro de 2021, com a complementação da pauta de 19 de outubro de 2021. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezoito horas e seis minutos, e nós, **Marcelo Dionízio Gomes e Yasmin Toledo dos Santos** damos por lavrada a ata e assinamos em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

  
Marcelo Dionízio Gomes

**Yasmin Toledo dos Santos**

  
Maria de Fátima Gustavo Lopes